

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE OBRAS DE ARTE
– REDE DE MUSEUS DE ABRANTES

Consulta Prévia – Procedimento N.º 24/2025

Índice

DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª - Objeto.....	4
Cláusula 2.ª - Contrato	4
Cláusula 3.ª - Prazo de vigência do contrato.....	4
CAPÍTULO II	5
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
SECÇÃO I.....	5
OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.....	5
SUBSECÇÃO I	5
DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor	5
Cláusula 5.ª - Fases da prestação do serviço.....	6
Cláusula 6.ª - Prazo de execução do contrato.....	6
Cláusula 7.ª - Forma de prestação do serviço	6
Cláusula 8.ª - Receção e aceitação dos bens.....	7
SUBSECÇÃO II	7
DEVER DE SIGILO	7
Cláusula 9.ª - Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 10.ª - Prazo do dever de sigilo	8
SECÇÃO II.....	8
OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ABRANTES	8
Cláusula 11.ª - Preço base	8
Cláusula 12.ª - Preço contratual.....	8
Cláusula 13.ª - Condições de pagamento.....	9
CAPÍTULO III	9
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....	9
Cláusula 14.ª - Penalidades contratuais	9
Cláusula 15.ª - Força maior	10
Cláusula 16.ª - Resolução por parte do contraente público	11
Cláusula 17.ª - Resolução por parte do cocontratante	11
CAPÍTULO IV	12

CAUÇÃO E SEGUROS	12
Cláusula 18. ^a - Caução	12
Cláusula 19. ^a - Seguros	12
CAPÍTULO V	12
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	12
Cláusula 20. ^a - Foro competente.....	12
CAPÍTULO VI	12
DISPOSIÇÕES FINAIS	12
Cláusula 21. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual.....	12
Cláusula 22. ^a - Comunicações e notificações	13
Cláusula 23. ^a - Contagem dos prazos.....	13
Cláusula 24. ^a - Legislação aplicável	13
Anexo 1.....	14

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Transporte de Obras de Arte – Rede de Museus de Abrantes**, em conformidade com a legislação aplicável, as cláusulas jurídicas e os anexos ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. O Município de Abrantes designará um Gestor do Contrato, para promover o devido acompanhamento da execução do contrato, nos termos do disposto no artigo 290.º-A, em conjugação com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3.ª - Prazo de vigência do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2025, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. O início do contrato conta-se a partir da data de assinatura do mesmo e após publicitação no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos <http://www.base.gov.pt>, sendo esta publicitação condição de eficácia do contrato, nomeadamente, para efeitos de pagamento.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do Fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Transporte de obras de arte relativas às exposições no MIAA – Museu Ibérico de arqueologia e Arte, de acordo com a seguinte programação de janeiro a dezembro de 2025:
 - I. Devolução das obras de Catarina Castel-Branco e de Manuel San-Payo: Abrantes - Lisboa;
 - II. Devolução de obras “Trabalhos sobre papel” da Coleção Figueiredo Ribeiro: Abrantes - Lisboa;
 - III. Recolha de obras para exposição nas salas da Coleção Figueiredo Ribeiro: Lisboa – Abrantes;
 - IV. Recolha de obras para exposição nas salas de Exposições Temporárias: Lisboa – Abrantes.
 - b) Transporte de obras de arte para instalação e montagem do MAC - Museu de Arte Contemporânea Charters de Almeida:
 - I. Transporte de obras de arte de Charters de Almeida: Alcaínça – Abrantes;
 - II. Transporte de obras de arte de Charters de Almeida: Abrantes (QUARTEL-Galeria Municipal) – Abrantes – MAC – Museu de Arte Contemporânea Charters de Almeida;
 - c) Todos os serviços referidos nas alíneas a) e b) do nº 1 da presente cláusula requerem a presença de, no mínimo, dois ajudantes por transporte.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos

os meios humanos, materiais e equipamentos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, ao cumprimento de todos os requisitos de segurança, quer das pessoas, quer da carga, bem como ao estabelecimento de um protocolo necessário à perfeita execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª - Fases da prestação do serviço

Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases, conforme o Anexo 1 - Mapa de Quantidades:

- a) Fase 1: até final do mês de fevereiro de 2025, ou outra data a acordar entre as partes – Execução do serviço de carga, acondicionamento, transporte e descarga das obras de arte previstas para a montagem da museografia do MAC – Museu de Arte Contemporânea Charters de Almeida;
- b) Execução dos serviços de carga, acondicionamento, transporte e descarga de obras de arte relativas às exposições agendadas para o ano 2025 e identificadas na cláusula 4ª e no Anexo 1 ao presente caderno de encargos, em dias a indicar pelo Município, com a antecedência prevista no ponto 1 da cláusula 7ª do presente caderno de encargos;)

Cláusula 6.ª - Prazo de execução do contrato

1. O fornecedor obriga-se a concluir os serviços de transporte com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos e respetivo Anexo 1 - Mapa de Quantidades.
2. Os prazos previstos no n.º 1 podem ser prorrogados por iniciativa do Município de Abrantes ou a requerimento do fornecedor devidamente fundamentado, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 97.º e no artigo 440.º, por remissão do artigo 451.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 7.ª - Forma de prestação do serviço

1. O Município de Abrantes comunicará ao cocontratante, com antecedência de 10 dias (dez dias), a data para a realização dos serviços, as listas das obras e as características das mesmas, bem como o local de recolha e entrega das obras de arte.
2. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade que se revele adequada e para as quais seja convocado nos

termos do número seguinte, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Abrantes, das quais poderá ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

3. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do Município ou do cocontratante, com antecedência razoável. Todas as comunicações, atas e demais documentos elaborados devem ser integralmente redigidas em português.

Cláusula 8.ª - Receção e aceitação dos bens

1. No prazo de 5 (cinco) dias após a realização de cada serviço, o Município de Abrantes procede à verificação dos bens transportados, com vista a verificar se os mesmos se encontram nas condições, quantidades e características descritas nas listagens entregues ao prestado do serviço;
2. No caso da análise efetuada pela Município de Abrantes a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências, o Município de Abrantes deve informar, por escrito, o prestador.
3. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Abrantes, à regularização das situações que se encontrem em desconformidade, num período acordado entre as partes.
4. Após a realização da regularização das situações em desconformidade por parte do fornecedor, o Município de Abrantes procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
5. Caso a análise do Município de Abrantes a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços, a aceitação do serviço deve ser comunicada pelo Município de Abrantes ao prestador dando conta da conformidade dos mesmos.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 9.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Abrantes, a que tenham acesso ou conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Abrantes

Cláusula 11.ª - Preço base

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base (máximo) do procedimento é fixado em 5.100,00€ (cinco mil e cem euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, como parâmetro base (máximo) do preço contratual.
2. O referido montante inclui todas as despesas referidas no nº 2 da cláusula seguinte.

Cláusula 12.ª - Preço contratual

1. Pela realização do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Abrantes deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição,

transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. O preço a que se refere o n.º 1 é pago após realização de cada serviço.

Cláusula 13.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Abrantes, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a receção pelo Município de Abrantes das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão de cada serviço objeto do contrato a celebrar.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome de Município de Abrantes, contribuinte 502661038 e enviadas em formato PDF para o e-mail faturacao@cm-abrantes.pt, ou, no caso de se tratar de faturação eletrónica, através da solução EDI, via plataforma Saphety (www.saphety.com), com a indicação do número da requisição ou do compromisso.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Abrantes, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas por transferência bancária.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14.ª - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Abrantes pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da data indicada e acordada com o município, nos termos da cláusula 5ª do presente caderno de encargos, a pena pecuniária a aplicar será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P=V*A/500$$

em que

P = montante da penalidade;

V = preço contratual;

A = número de dias em atraso.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Abrantes pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do valor contratual vincendo.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Abrantes tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Abrantes pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Abrantes exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador, ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou

outra, resultantes do incumprimento pelo prestador, dos deveres ou ónus que sobre ele recaiam e que se revelem impeditivas do exato cumprimento do contrato;

- d) Manifestações populares devidas pelo incumprimento por parte do prestador, de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua, ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador, não devidas sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª - Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Abrantes pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Abrantes.

Cláusula 17.ª - Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato nos termos da lei.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 20.ª do presente caderno de encargos.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 18.ª - Caução

Não é exigida prestação de caução ao abrigo da al. a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 19.ª - Seguros

1. É da responsabilidade do prestador a cobertura, através de contratos de seguro, dos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade, inerentes ao desenvolvimento das atividades integradas no objeto do contrato.
2. Os encargos relativos aos seguros previstos no número anterior, bem como quaisquer deduções efetuadas pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, correrão por conta do prestador.
3. O prestador deverá assegurar a manutenção em vigor das apólices de seguro contratadas durante a execução do contrato.
4. O Município de Abrantes pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador fornecê-la no prazo de 10 (dez) dias.
5. Se o prestador não mantiver em vigor os seguros mencionados no n.º 1, deste ponto, o contraente público poderá mantê-los válidos, pagando os respetivos prémios e deduzindo as quantias correspondentes nos pagamentos a fazer ao prestador.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 20.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 21.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.^a - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.^a - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Anexo 1

REDE DE MUSEUS DE ABRANTES			
Serviços de Transporte de Obras de Arte Mapa de Quantidades - janeiro a dezembro 2025			
Período previsto para o transporte	Obras a transportar	Locais de recolha e devolução	Obs.:
Fevereiro	Recolha de obras de arte para instalação e montagem do museu de arte Contemporânea Charters de Almeida	Alcainça - Abrantes	-
Fevereiro	Recolha de obras de arte para instalação e montagem do museu de arte Contemporânea Charters de Almeida	Abrantes - Abrantes	-
Maio	Devolução da exposição de Catarina Castel-Branco e de Manuel San-Payo	Abrantes - Lisboa	Descarga em duas moradas
Julho	Devolução de obras da Coleção Figueiredo Ribeiro	Abrantes - Lisboa	
Julho	Recolha de obras para exposição nas salas Coleção Figueiredo Ribeiro	Lisboa - Abrantes	Recolha em duas moradas
Novembro	Recolha de obras para exposição nas salas de Exposições Temporárias	Lisboa - Abrantes	-